

OS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO URBANO: NATUREZA, COMPOSIÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Ana Gabriela Ribeiro de Souza Padilha *

Everton Gabriel Bortoletti **

Monica Hass ***

De acordo com o Estatuto da Cidade, cabe aos Conselhos de Desenvolvimento Urbano fazer a gestão e fiscalização dos Planos Diretores promovendo uma maior participação da sociedade em questões de suma importância, relacionadas à política urbana. Este trabalho é fruto de um recorte realizado a partir de leituras e conclusões verificadas até o momento na pesquisa que estamos desenvolvendo, intitulada “Concepções sobre o desenvolvimento urbano das cidades de Chapecó (SC) e Erechim (RS)”, no que diz respeito a natureza, composição e participação nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Urbano das duas cidades mencionadas. Metodologicamente, trabalhamos complementarmente o quantitativo e o qualitativo, na perspectiva de Minayo e Sanches (1993), que entendem que os métodos quantitativo e qualitativo não são incompatíveis, mas que estão intimamente imbricados e podem ser utilizados pelos pesquisadores sem caírem em contradição epistemológica. Desta forma, utilizamos na pesquisa o levantamento de dados quantitativos, a análise de documentos (regimento e atas do Conselho) e a realização de entrevistas qualitativas. Quanto aos resultados do trabalho, ressaltamos que os conselhos gestores setoriais, instituídos a partir da Constituição de 1988, são uma das principais inovações democráticas no campo das políticas públicas, ao estabelecerem espaços de interlocução permanente entre a sociedade política e a sociedade civil organizada (GOHN, 2004, p. 66). É função dos conselhos controlar, fazer propostas e contribuir com a gestão. Os Conselhos de Desenvolvimento Urbano são criados por lei municipal e inexistem uma determinação constitucional no que diz respeito às características dos mesmos. Cada município define seu modelo, podendo ser meramente consultivo e/ou também deliberativo.

* Estudante de graduação em História – Projeto de pesquisa Concepções sobre o desenvolvimento urbano de Chapecó (SC) e Erechim(RS). Universidade Federal da Fronteira Sul. ana_gabrieladesouza@hotmail.com

** Técnico voluntário - Projeto de pesquisa Concepções sobre o desenvolvimento urbano de Chapecó(SC) e Erechim(RS). Universidade Federal da Fronteira Sul. evertongb@uffs.edu.br

*** Professora Doutora em Sociologia Política – Projeto de pesquisa Concepções sobre o desenvolvimento de Chapecó (SC) e Erechim (RS). Universidade Federal da Fronteira Sul. monica@uffs.edu.br

Cabe, ainda, ao município, estabelecer as suas funções, determinar o número de participantes, suas procedências, a duração de seu mandato e a forma de escolha e eleição dos participantes. Além disso, o poder público deverá ceder espaços e materiais necessários para o funcionamento do mesmo (CYMBALISTA, 1999). Concluímos até o momento que, o Conselho Municipal da Cidade (CMC) de Erechim, criado em 1º de abril de 2008, é o órgão de integração e cooperação governamental e institucional do Sistema Municipal de Planejamento e Coordenação do Desenvolvimento Urbano e Ambiental, e possui 15 membros, indicados pelas entidades que representam a sociedade civil, o mercado e o poder público, e nomeados, por meio de portaria, pelo Prefeito Municipal. O mandato é de dois anos. O presidente e o secretário do Conselho são eleitos na primeira sessão de cada período bienal, e o seu mandato também é de dois anos, admitindo-se, no máximo, uma recondução. O Conselho tem caráter consultivo, ficando a decisão final ao governo municipal. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Territorial de Chapecó foi gestado em 2004 e é composto por 24 representantes indicados pelo poder público e por instituições vinculadas a sociedade civil e ao mercado. O Conselho Municipal, presidido pelo Secretário Municipal de Planejamento, é consultivo, deliberativo e normativo. Observamos, entretanto, nos primeiros levantamentos realizados, a dificuldade em torno da eficácia deliberativa destes conselhos. As maiores dificuldades na participação dos conselheiros correspondem a: falta de paridade na representação; a relação entre saber e poder no conselho; falta de conhecimento das políticas institucionais das propostas; falta de conhecimento técnico-político; uso dos conselhos como estratégia política.

Palavras-chave: participação; conselho de desenvolvimento urbano; desenvolvimento sustentável.